

## PLANO DE PORMENOR DA REDE - Alteração

### TERMOS DE REFERÊNCIA



- **Fundamentação para a elaboração da alteração**
- **Justificação para a não sujeição a Avaliação Ambiental Estratégica**
- **Peças escritas e desenhadas da proposta de alteração**

Março/2014



## **INDICE**

### **1-FUNDAMENTAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DA ALTERAÇÃO**

#### **1.1-DEFINIÇÃO DA OPORTUNIDADE**

#### **1.2-ÁREA DE INTERVENÇÃO**

#### **1.3-ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO**

#### **1.4-PROCESSO DE ELABORAÇÃO**

### **2-JUSTIFICAÇÃO PARA A NÃO SUJEIÇÃO DA ALTERAÇÃO AOA PLANO DE PROMENOR DA REDE A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

#### **2.1-ENQUADRAMENTO LEGAL**

#### **2.2-FUNDAMENTAÇÃO PARA A NÃO AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

##### **2.2.1-FUNDAMENTAÇÃO**

##### **2.2.2-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS EFEITOS NO AMBIENTE**

#### **2.3-CONCLUSÃO**

### **3-PEÇAS ESCRITAS E DESENHADAS DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO**

#### **3.1-CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA**

#### **3.2-PEÇAS ESCRITAS**

#### **3.3-PEÇAS DESENHADAS**



## 1- FUNDAMENTAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DA ALTERAÇÃO

### 1.1-DEFINIÇÃO DA OPORTUNIDADE

O Plano de Pormenor da Rede foi aprovado pela Assembleia Municipal de Mesão Frio em 27 de Dezembro de 2009 e publicado no Diário da República, 2ª série, nº11, de 18 de Janeiro de 2010, mas devido à atual conjetura económica e financeira existe a necessidade de proceder à alteração dos dois projetos ancora, tendo em conta a necessidade de os adequar às atuais circunstâncias e com base o disposto na alínea a) do nº2 do artº93 conjugado com o nº2 do artº74 do Decreto-Lei nº380/99 de 22 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº46/2009 de 20 de Fevereiro, pelo que se considera oportuno proceder à alteração do plano em causa.

### 1.2-ÁREA DE INTERVENÇÃO

A alteração incide sobre:

- A mudança de local das acessibilidades de forma a reduzir o seu custo com a diminuição da extensão, mudança da passagem inferior à linha do caminho de ferro para superior e a sua ligação à estrada Nacional.
- Alteração da configuração e arquitetura da unidade hoteleira
- Mudança do uso da antiga escola primária
- União de dois edifícios que agora são do mesmo proprietário
- Ajustar o regulamento às novas situações e ao estacionamento definido no PDM que entretanto foi revisto.

### 1.3-ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de intervenção do plano continua a ser uma Unidade de Planeamento e Gestão do plano regional *POARC- Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e Carrapatelo* onde está definida como UOPGVIII-Rede, bem como no Plano Diretor Municipal como UOPG5-Plano de Pormenor da Rede onde ambas têm os mesmos conteúdos programáticos e de encontro ao programa que está definido no plano.



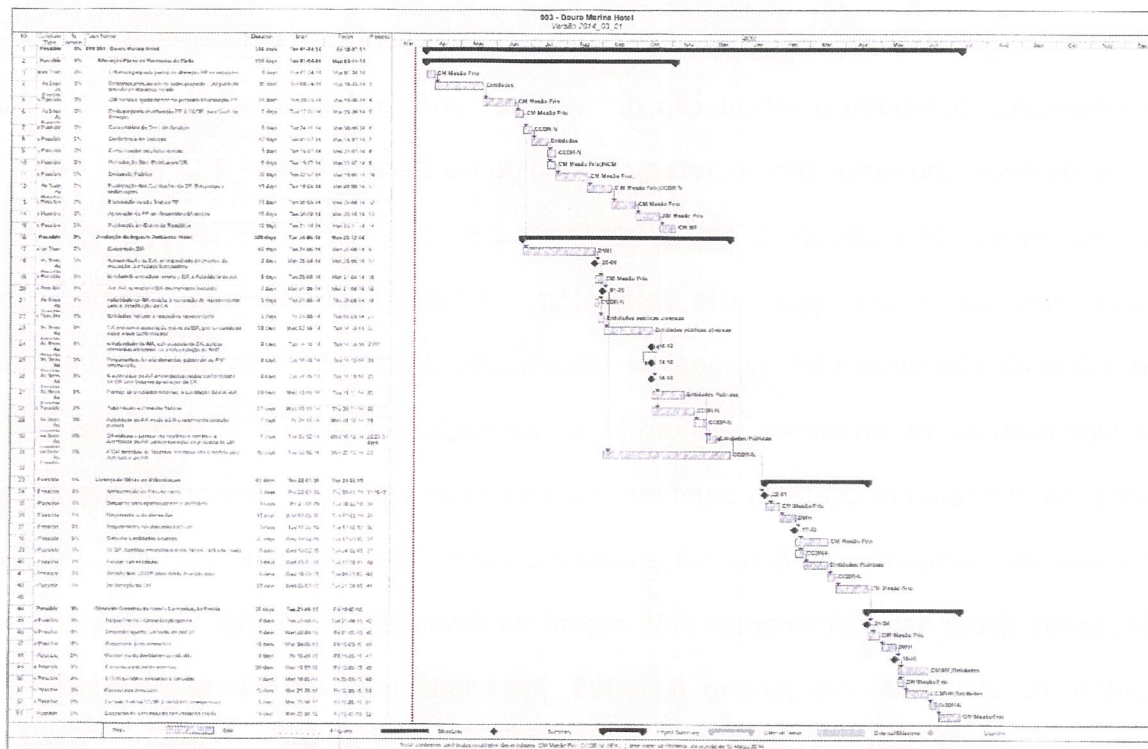
1- Planta geral

#### **1.4-PROCESSO DE ELABORAÇÃO**

A deliberação da alteração do Plano de Pormenor da Rede será publicada na 2ª série do Diário da República e divulgada na comunicação social, nomeadamente em dois jornais diários, num semanário de grande expansão nacional e ainda na página da internet do Município, de acordo com o definido no Regime Jurídico dos Instrumentos de gestão Territorial. Esta medida tem como objetivo permitir que os interessados , no prazo de 20 dias, façam a formulação de sugestões e a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito da alteração do plano proposto.

Para a elaboração da alteração define-se o prazo de 2 meses, isto para cumprimento da calendarização definida em reunião promovida pelo *TURISMO DE PORTUGAL I.P* que está a coordenar o programa *PIN-Projetos de Interesse Nacional* onde a unidade hoteleira está inserido, cujo esquema se apresenta em anexo devido ao formato da folha e em referência.





## 2- Calendarização

## 2-JUSTIFICAÇÃO PARA A NÃO SUJEIÇÃO DA ALTERAÇÃO AOA PLANO DE PROMENOR DA REDE A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

## 2.1-ENQUADRAMENTO LEGAL

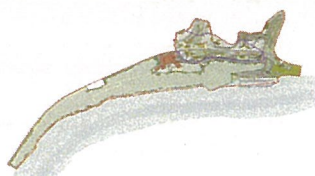
De acordo com o guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica, publicado pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, “A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é um instrumento de avaliação de impactos de natureza estratégica cujo objetivo é facilitar a integração ambiental e a avaliação de oportunidades e riscos de estratégias de ação no quadro de um desenvolvimento sustentável”. A Avaliação Ambiental de planos e programas poderá ser entendida como um processo integrado no procedimento de tomada de decisão, destinada a incorporar uma série de valores ambientais nessa mesma decisão,

constituindo um processo contínuo e sistemático de avaliação da qualidade ambiental de visões alternativas e perspectivas de desenvolvimento incorporados num planeamento ou numa programação que vão servir de enquadramento a futuros projetos.

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) através da redação do Decreto-Lei nº 316/2007 de 19 de Novembro alterado pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro., procedeu á introdução no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial da Avaliação Ambiental estratégica definido no Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho. Nos termos do definido da alínea b) do nº 2 do art.º 92º do RJIGT, Os Planos de Pormenor, deverão ser acompanhados de relatório ambiental, sempre que seja necessário proceder à avaliação ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos.

O Plano de Pormenor da Rede foi elaborado numa fase em que o PDM estava em revisão, tendo estes dois documentos sido objeto de Avaliação Ambiental Estratégica, onde este ultimo foi elaborado em janeiro de 2009, apreciado pela ARH-Norte em reunião de concertação realizada a 25 de maio de 2009, nas instalações da CCDR-N no Porto.

### **Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor da Rede**



---

relatório ambiental

**Câmara Municipal de Mesão Frio**



## 2.2-FUNDAMENTAÇÃO PARA A NÃO AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

### 2.2.1-fundamentação

As alterações em causa incidirão exclusivamente no regulamento e na mudança das acessibilidades para uma zona que já está urbanizada, bem como a unidade hoteleira apenas altera a implantação e a configuração arquitetónica. Assim, de acordo com o nº 1 do art.º 3º do Dec. Lei nº 232/2007 de 15 de junho, apresente-se quadro de justificação da não sujeição da proposta de alteração ao plano á avaliação ambiental estratégica:

Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho	
Nº1 do Artigo 3º	Proposta de Alteração PP da Rede
a) Os planos e programas para os setores da agricultura, floresta, pesca, energia, industria, transportes, gestão de resíduos, gestão de águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos 1 e 2 do Dec. Lei nº 69/2000 de 3 de maio, na sua atual redação:	Nesta alteração ao Plano de Pormenor da Rede não está prevista qualquer projeto dos que estão mencionados nos referidos anexos
b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos da lista nacional de sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de intervenção ou numa zona de proteção especial, devem ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do art.º 10º do Decreto-Lei nº 140/99 de 24 de	A Área em causa não pertence á lista nacional de sítios



abril, na redação que lhe foi dada pelo Dec. Lei	
C) Os planos de programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente	As alterações a efetuar ao plano de pormenor não irão ser suscetíveis de ter efeitos significativos quer no ambiente quer nas áreas de intervenção, pois já estão urbanizadas

### 2.2.2-critérios de determinação de efeitos significativos no ambiente

Tendo em consideração o nº 4 do artigo 96º do RJIGT em conjunto com o anexo presente no Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, apresentam-se os critérios de determinação da probabilidade de efeitos significativos no ambiente:

Critérios	Proposta de Alteração PP da Rede
Caraterísticas do Plano	
O grau em que o plano ou o programa estabelece um quadro para os projetos e outras atividades no que respeita à localização, natureza, dimensão e condições de funcionamento ou pela afetação de recursos	Trata-se de uma alteração a um Plano de Pormenor já em vigor desde 2010
O grau em que o plano ou programa influencia outros planos ou programas, incluindo os inseridos numa hierarquia	A proposta de alteração não influencia qualquer outro plano ou programa
A pertinência do plano ou programa para a integração de considerações ambientais, em especial com vista a promover o movimento sustentável	Um dos objetivos da alteração é a promoção do desenvolvimento sustentável, baseado na vertente da sustentabilidade ecológica
Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa	Não se verificam problemas ambientais assinaláveis e significativos suscetíveis
A pertinência do plano ou programa para a implementação da legislação em matéria de ambiente	Não aplicável



Características dos impactes e da área suscetível de ser afetada	
A probabilidade, duração a frequência e a reversibilidade dos efeitos	Não aplicável
A natureza cumulativa dos efeitos	Não aplicável
A natureza transfronteiriça dos efeitos	Não aplicável
Os riscos para a saúde humana ou para o ambiente designadamente devido a acidentes	Não aplicável
A dimensão e extensão espacial dos efeitos em termos da área geográfica e dimensão da população suscetível de ser afetada	Não aplicável
<i>O valor e a vulnerabilidade da área suscetível de ser afetada, devido a:</i>	
1) Características naturais específicas ou Património cultural	Quer na área de intervenção do plano quer na envolvente não existe elementos patrimoniais relevantes
2) Ultrapassagem das normas ou valores Limite em matéria de qualidade ambiental	Não aplicável
3) Utilização intensiva do solo	Não se prevê qualquer alteração aos parâmetros urbanísticos presentes no plano de pormenor da Rede
Os efeitos sobre as áreas ou paisagens com estatuto protegido a nível nacional, comunitário ou internacional	Não aplicável

## 2.3-CONCLUSÃO

Apos análise efetuada e de acordo com o exposto anteriormente conclui-se não sujeitar à avaliação ambiental estratégica a alteração ao Plano de Pormenor da Rede, dado tratar-se de pequenas alterações, não suscetíveis de provocarem efeitos no ambiente, bem como as

condições que foram objeto e constam na avaliação ambiental efetuada em maio/2009 se mantêm.

### **3-PEÇAS ESCRITAS E DESENHADAS DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO**

#### **3.1-CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA**

Segundo o disposto no Dec-Lei nº 292/95 de 14 de Novembro a equipa técnica para a elaboração do Plano tem de ser multidisciplinar, coordenada por um dos seus elementos e terá de assegurar como mínimo um arquiteto, um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil, um técnico urbanista e um licenciado em direito, qualquer deles com experiência profissional efetiva de, pelo menos, 3 anos. Mas como se trata de pequenas alterações, onde não vai haver modelações significativas, não vai haver a intervenção nos espaços exteriores o que ao abrigo do nº3, artº2 do referido diploma será dispensada a existência de um arquiteto paisagista na constituição da equipa, bem como as directrizes e estratégias do plano não são alteradas, por isso estamos no âmbito de uma alteração e não de uma revisão, os trabalhos serão efetuados pela Divisão de Administração e Conservação do Território na qual existem técnicos com formação na área da engenharia civil, arquitetura e no direito.

#### **3.2-PEÇAS ESCRITAS**

Nestas apenas se propõe alterar o articulado relacionado com o estacionamento pois desde a entrada em vigor deste documento foi publicada a revisão do PDM e esse define aspetos ligeiramente diferentes dos definidos, pelo que surge a oportunidade de efetuar-se a correção. Assim, o artigo ... passará a ter a seguinte redação.



- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) Anexos com área superior a 25,00 m<sup>2</sup> e que não se destinem a "barbecue", telheiros ou espaços não totalmente fechados para tratamento de roupa. Estes têm de ser integrados no edifício e conjunto envolvente e salvaguardar as distâncias regulamentares de vizinhança;
- h) .....
- i) .....
- j) .....
- k) .....

4- .....

#### Artigo 14º

Caracterização e Uso

1- As áreas afectas à habitação destinam-se à construção de habitação unifamiliar e/ou bifamiliar, admitindo-se ainda a instalação de unidades de empreendimentos turísticos, de comércio, serviços e armazenagem, desde que estas se integrem plenamente naquele uso dominante.

2- .....

### SECÇÃO IV ESTACIONAMENTO

#### Artigo 34º

Estacionamento Privado e Público

1- .....

2- .....

3- .....

4- Exceção-se do disposto nos números anteriores, o interior de zonas consolidadas, sendo analisado caso a caso pela Câmara Municipal sempre que se verifique a sua impossibilidade por falta ou dimensão de arruamentos, a impossibilidade de ser instalado um programa habitacional de tipologia T0 no lote ou parcela, ou a necessidade da preservação do património edificado.

#### 4- Regulamento

### 3.3-PEÇAS DESENHADAS

Devido á dimensão destas peças são apresentadas em anexo, mas a titulo de referência apresenta-se:



4- Planta de implantação

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

